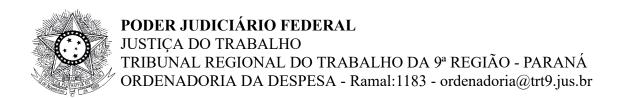
DES ODESP 308/2025



Ref.: PROAD CD 1802/2025.

Assunto: Contratação regida pela Lei 14.133/2021. Dispensa de licitação. Serviços de coleta, transporte, tratamento e descarte de lâmpadas.

Interessado(a): Coordenadoria de Material, Logística e Patrimônio.

- I. A Coordenadoria de Material, Logística e Patrimônio requer a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa MEGA RECICLAGEM DE MATERIAIS LTDA. (CNPJ: 01.995.863/0001-09), cuja finalidade é a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação de lâmpadas, para o que apresenta documento de formalização da demanda.
- II. Em justificativa para o pedido, o setor demandante assim se manifesta:
- "Esta contratação visa promover o devido serviço de coleta e descarte de lâmpadas que se encontram armazenadas na área da Coordenadoria de Material, Logística e Patrimônio do Tribunal, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável do TRT9. A aquisição do serviço foi prevista e aprovada no Plano Anual de Contratação 2025 da Secretaria Administrativa".
- III. A unidade, em prestígio ao inciso II do art. 72 da Lei 14.133/2021, exibe pesquisa de preços, mediante consulta direta a diversas empresas do ramo, com a obtenção de 04 cotações, tendo sido escolhida a empresa que apresentou o **menor preço global.** Tendo em vista o princípio da racionalidade nos procedimentos administrativos, adequada a escolha da unidade demandante, evitando assim a movimentação desnecessária da máquina pública para realizar mais de uma contratação para objetos similares e conexos.

IV. O valor total da contratação corresponde a **R\$ 8.096,65**, a ser executado integralmente no exercício de 2025.

V. Em atenção ao inciso V do art. 72 da Lei 14.133/2021, a unidade juntou comprovação de que a empresa indicada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, comprovando a regularidade perante a Fazenda Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Foram apresentadas também, em conjunto com a proposta comercial, a declaração de cumprimento do disposto no art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal, a declaração de cumprimento de exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021) e de ausência de nepotismo (art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021). Demais documentos de habilitação dispensados, nos termos do art. 70, inciso III da Lei 14.133/2021¹, c/c o art. 20 da Instrução Normativa nº 67/2021, Secretaria de Gestão, Ministério da Economia².

VI. A fiscalização da futura contratação atenderá ao disposto nos arts. 3º e 4º do Ato 164/2023, da Presidência deste Tribunal.

VII. Dispensado o controle prévio de legalidade pela Assessoria Jurídica, conforme decidido no Despacho ADG 615/2021.

VIII. A dispensa de licitação encontra fundamento legal no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e, de acordo com o Plano Anual de Contratações de 2025.

IX. Em face do exposto e porque e atendidos os requisitos legais, AUTORIZO a contratação direta da empresa MEGA RECICLAGEM DE MATERIAIS LTDA. (CNPJ: 01.995.863/0001-09) e a emissão, em seu favor, de nota de empenho no valor de R\$ 8.096,65.

X. À Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças para as providências.

XI. Em seguida, à Secretaria de Licitações e Contratos para formalização da contratação, divulgação na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e comunicação ao gestor e fiscais indicados, **observando que a vigência da contratação será de 45 dias corridos.**

Curitiba, 21 de março de 2025.

(assinado digitalmente) **Arnaldo Rogério Pestana de Sousa**Ordenador da Despesa

¹ Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Ins: IURISCHOCAIR - 20/03/2025 11:35 / Alt: IURISCHOCAIR - 21/03/2025 13:50

² Art. 20. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.